

## SUMÁRIO

<b>Sobre o Autor e sua contribuição: uma breve Apresentação</b> .....	9
<i>Alexandre Wunderlich</i>	
<b>1 Introdução</b> .....	11
<b>2 Os princípios constitucionais</b> .....	13
<b>3 O bem jurídico e os princípios penais</b> .....	15
3.1 Princípio da Lesividade.....	16
3.2 Princípio da Intervenção Mínima.....	17
3.3 Princípio da Proporcionalidade.....	17
<b>4 Crimes contra a honra: o bem jurídico tutelado</b> .....	19
<b>5 As razões da doutrina para a não admissão da retratação no delito de injúria: o bem jurídico tutelado e o agravamento da situação do ofendido</b> .....	21
<b>6 A necessidade de uma interpretação sistemática: a analogia e a interpretação lógica como instrumentos concretizadores do Princípio da Igualdade</b> .....	29
6.1 O tratamento da retratação no delito de injúria: Código Penal x Lei de Imprensa.....	31
6.2 A ofensa aos princípios da Lesividade e da Proporcionalidade.....	33
6.3 A natureza da ação penal e o delito de injúria: outro argumento pela possibilidade de retratação.....	36

<b>7 A retratação segundo a natureza da ação penal – possibilidade nos delitos de injúria contra funcionário público.....</b>	<b>39</b>
<b>8 Retratação e injúria real.....</b>	<b>45</b>
<b>9 O delito de injúria racial – a retratação como corretiva de distorções do sistema .....</b>	<b>47</b>
<b>10 A irradiação dos princípios: uma justificativa para a aplicação da retratação ao delito de injúria.....</b>	<b>51</b>
<b>11 Conclusões.....</b>	<b>55</b>
<b>Referências.....</b>	<b>61</b>